
INTRODUÇÃO

1. HISTÓRICO
2. METODOLOGIA
3. O URBANO NO SÉCULO XXI

Este trabalho constitui-se na contribuição da Administração Pública do Município de São Paulo, em conjunto com variados segmentos sociais e demais esferas de governo, para a construção da AGENDA 21 LOCAL. É o resultado de uma etapa de trabalho, iniciada após a Rio 92, no Rio de Janeiro, quando a Cúpula da Terra firmou compromisso para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta no próximo século.

Enquanto programa estratégico de médio e longo prazos, a AGENDA 21 LOCAL visa instrumentalizar o poder municipal no sentido de combinar desenvolvimento econômico, proteção ao meio ambiente e justiça social.

Para isso, integração entre políticas e planejamento, envolvimento de amplos segmentos sociais, participação popular e incremento da cidadania, estabelecimento e consolidação de parcerias são, entre outras, premissas básicas de um processo que visa caminhar rumo à sustentabilidade.

Cabe lembrar, citando o “Pequeno Guia da Agenda 21 Local” elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, que a “AGENDA 21 LOCAL é um processo de desenvolvimento sustentável e de construção de parcerias entre autoridades locais e outros setores para implementá-las, sendo parte crucial do movimento em direção à sustentabilidade.” (...) “É um processo contínuo e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de coisas a serem feitas, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas pelas autoridades locais e seus parceiros de acordo com as circunstâncias e prioridades locais”.

Levando em conta a magnitude do desafio que tínhamos e temos a frente optamos, nesta primeira etapa do trabalho, por concentrar esforços no âmbito interno da Administração Municipal, buscando a sensibilização, o envolvimento e a adesão dos Órgãos e Secretarias Municipais e seus agentes para que o componente ambiental fosse considerado na formulação e execução de seus programas, projetos, ações e atividades. Consideramos ainda que antes de envolver a sociedade organizada, deveríamos preparar os técnicos e outros funcionários para as mudanças de concepção e das formas de interrelação com a comunidade, para uma visão mais crítica das suas ações e para que fossem sinceramente convencidos de que a AGENDA 21 LOCAL é um processo de construção conjunta, entre cidadãos e autoridades locais, de um instrumento de planejamento.

Exemplificando com um pequeno, porém importante desdobramento do processo, a Secretaria Municipal da Administração - SVA, responsável pela gestão de recursos humanos e materiais da Administração Municipal, centrou sua contribuição à AGENDA 21 LOCAL propondo mudanças na postura do servidor municipal em relação ao meio ambiente, como também a adequação das compras de material e

equipamentos que agredam menos o ambiente. Foram aí incluídas as ações voltadas para a racionalização da utilização dos recursos hídricos, energéticos e de telecomunicação. Um simples exemplo, porém bastante ilustrativo de como é possível, nas atividades cotidianas, exercer o pensar globalmente, agir localmente.

Finalizando, reconhecemos que este trabalho apresenta uma série de imperfeições, de forma e de conteúdo, de estilo e de estrutura, entre outras. Reflete, com certeza, inúmeras injunções de ordem técnica, política e administrativa, para as quais não foi possível um adequado contorno.

Temos claro porém que somente com um diálogo aberto com os demais atores envolvidos na produção do espaço físico e social do Município, com a abertura e fortalecimento dos canais de efetiva participação, conseguiremos fazer da AGENDA 21 do Município de São Paulo um processo de construção coletiva de uma sociedade sustentável.

Como se verá na seqüência, a discussão com os setores sociais já se iniciou. Esperamos, a partir daqui, enriquecer em substância e qualidade o processo, concluindo a população paulista, organizada ou não, a trabalhar conjuntamente por uma cidade com qualidade de vida, prosperidade econômica e justiça social.

1. HISTÓRICO

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, teve como um de seus principais resultados a assinatura da Agenda 21. Aprovada por 170 países, constituiu-se em um plano de ação para se alcançar o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos.

Em seu capítulo 28, a Agenda 21 recomenda criar, a nível dos municípios, a AGENDA 21 LOCAL, contendo propostas de planejamento do desenvolvimento que levem em consideração os aspectos sócio-econômicos aliados à preservação ambiental e à qualidade de vida como um todo, harmônico e indissociável.

Em agosto de 1992, a Prefeita do Município de São Paulo, Luíza Erundina de Souza, convidou o Conselho Consultivo da SP Rio 92 a elaborar a AGENDA 21 do Município de São Paulo.

O convite originou a formação de um grupo de trabalho composto por entidades da sociedade civil e do poder público. O resultado dos trabalhos deste grupo foi a elaboração de diagnósticos e propostas de

ação em áreas diversas, feitas por destacados especialistas, ligados a órgãos governamentais ou universidades. Estes trabalhos, considerados na ocasião como uma primeira proposta de política ambiental de longo prazo, foram publicados no Diário Oficial do Município do dia 30 de dezembro de 1992.

Em outubro de 1993, primeiro ano da gestão do Prefeito Paulo Salim Maluf, foi criada a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, encarregada de planejar, ordenar e coordenar as atividades de defesa do meio ambiente no âmbito do Município de São Paulo. A mesma lei que deu origem a SVMA, criou o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, órgão consultivo e deliberativo voltado para as questões ambientais no território municipal.

Em junho de 1994, o Prefeito Paulo Salim Maluf, ao participar do Fórum Global, realizado em Manchester, Inglaterra, assumiu internacionalmente o compromisso de desenvolver a AGENDA 21 LOCAL até o final de seu mandato.

Foi delegada à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente a atribuição de coordenar os trabalhos no sentido de mobilizar o poder público municipal, as demais esferas de governo e amplos setores sociais para o cumprimento do compromisso assumido.

Em novembro de 1994, em reunião técnica dirigida pelo Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Werner Eugênio Zulauf, objetivando finalizar o documento "Diretrizes para a Política Ambiental do Município: Planos, Programas e Projetos - PPP", foi estabelecido pelo conjunto do corpo técnico e diretivo da SVMA que a AGENDA 21 LOCAL seria um programa ambiental estratégico prioritário, com projetos a serem desenvolvidos permanentemente na Secretaria.

A partir de dezembro de 1994, uma série de atividades foi desenvolvida por grupos internos das Secretarias Municipais, em grupos intersetoriais, em eventos com setores sociais e outras que resultaram no documento aqui apresentado.

2. METODOLOGIA

A metodologia de elaboração desta versão da AGENDA 21 LOCAL levou em conta a incorporação dos setores governamentais formais e dos segmentos sociais, de forma bastante ampla, porém em momentos diferenciados.

Em um primeiro momento, buscou-se preparar a Administração Pública Municipal (direta e indireta) para a discussão dos temas da

Agenda 21, naquilo que estivesse relacionado, direta ou indiretamente, com a ação de cada Órgão ou Secretaria.

Em outras palavras, nesse primeiro momento visou-se buscar o envolvimento e a sensibilização dos agentes públicos para a dimensão ambiental de suas ações, bem como para o compromisso de levar adiante o estabelecimento de diretrizes que pudessem dar suporte ao desenvolvimento sustentável do Município.

Para tanto, os seguintes passos foram seguidos:

1. Constituição de um Grupo Executivo, interno à SVMA, encarregado da coordenação geral do programa (dezembro de 1994);
2. Elaboração de dois “CADERNOS DE REFERÊNCIAS” (dezembro de 1994 e agosto de 1995) contendo estratégias e linhas gerais de ação do processo;
3. Constituição de um Grupo de Trabalho Intersecretarial (fevereiro de 1995) congregando os vinte e um Órgãos e Secretarias Municipais;
4. Constituição de grupos de trabalho internos das Secretarias, visando, basicamente, a disseminação dos temas da Agenda 21 Global e a elaboração de documentos técnicos setoriais;
5. Realização de vinte e sete reuniões gerais do Grupo Intersecretarial, visando preparação e apresentação dos documentos temáticos;
6. Organização e realização de oito debates voltados para a sensibilização e o aprofundamento de temas junto aos agentes do poder público municipal (setembro a novembro de 1995).

Até o final do mês de dezembro de 1995, foram produzidos treze documentos setoriais pelos seguintes Órgãos: SAR, SEMAB, SMA, SME, SMS, FABES, SEME, COMDEC, EMURB, SVMA, SVP, SEMPLA, SMT, CET e SPTrans. Em janeiro e fevereiro de 1996 mais quatro documentos foram apresentados: SEHAB, SMC, SSO e SF. Estes trabalhos, em conjunto com a transcrição dos debates, foram organizados e sistematizados na produção de um documento preliminar da Administração Pública Municipal para a AGENDA 21 LOCAL.

Entre janeiro e julho de 1996, uma Comissão de Sistematização, composta por membros do GT Intersecretarial e do Grupo Executivo da SVMA, reuniu-se e, utilizando os documentos temáticos, os relatos e as transcrições dos seminários, workshops, reuniões técnicas organizadas pelo CADES e outros subsídios bibliográficos voltados para o tema, elaborou este documento-proposta.

Um segundo movimento foi desenhado a partir de agosto de 1995, quando se caminhou em direção ao envolvimento dos atores sociais no processo de elaboração da AGENDA 21 LOCAL.

A premissa básica adotada pelos envolvidos no trabalho foi de que a possibilidade de a AGENDA 21 LOCAL vir a se constituir em instrumento vivo de intervenção na realidade espacial do Município e em seu tecido social, estaria diretamente relacionada com a

capacidade de ampliar nos o espectro de participação dos mais variados agentes, governamentais ou não, organizados ou não, na sua elaboração.

A partir de setembro de 1995, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, através dos representantes das ONGs ambientalistas, em conjunto com o Grupo Executivo, deu início ao chamamento e à organização da participação dos segmentos sociais.

Em 23 de novembro de 1995 foi realizado o workshop "Agenda 21 Local e a Produção do Espaço Urbano", com participação de aproximadamente 60 representantes da sociedade civil e instituições governamentais. Este evento foi coordenado por membros das Universidades, Centrais Sindicais, SENAI, Câmara Municipal, Ordem dos Advogados do Brasil e Organizações Não-Governamentais.

Como resultado deste segundo movimento, tivemos a produção e divulgação do documento "Síntese das Discussões", contendo um primeiro elenco de diagnósticos, prioridades e propostas de ação.

Nos meses de abril e maio de 1996 foram realizadas reuniões por este núcleo organizador, visando avaliar o andamento dos trabalhos e formular propostas de continuidade.

Na Semana do Meio Ambiente de 1996 (03 a 05/06/96) foi realizado o Primeiro Seminário sobre Gestão Ambiental do Município de São Paulo, com significativa participação da sociedade civil e de outras instâncias governamentais. Na oportunidade a primeira versão deste trabalho foi amplamente divulgada e foram discutidas e formuladas propostas para garantir o máximo envolvimento dos atores sociais no processo de elaboração da AGENDA 21 LOCAL.

A organização do texto que apresentamos na seqüência é, em sua estrutura básica, serrelhante à forma de organização da Agenda 21 Global. Maior ênfase foi dada às propostas concretas de intervenção para os problemas amplamente conhecidos.

O texto "O Urbano no Século XXI" contextualiza o Município de São Paulo no panorama mundial da globalização e das profundas mudanças científicas e tecnológicas, aponta para futuros cenários sócio-econômicos e ambientais e indica, em linhas gerais, as ações necessárias para a melhoria das condições de vida na cidade, da parte do poder público em conjunto com os demais atores sociais.

Em seguida, quatro grandes blocos temáticos foram dispostos, numa tentativa de enquadrar a diversidade dos temas, sem perdas em termos de integração e coerência. São eles:

- Desenvolvimento Urbano;
- Desenvolvimento Social;
- Qualidade Ambiental;
- Estrutura Econômica e Administrativa.

Salientamos que esta divisão é apenas indicativa; uma forma de facilitar a abordagem das questões e problemas ambientais do Município, sendo, com o transcorrer do processo de discussão e implementação da AGENDA 21 LOCAL, perfeitamente mutável.

Por outro lado, muitos assuntos não se limitam à divisão temática em que se localizam, devendo ser necessariamente integrados e coordenados às outras divisões. As necessárias interdependências serão certamente equacionadas pela continuidade do trabalho de natureza intersecretarial, que se seguirá à elaboração do presente documento, enriquecidas qualitativamente pela inserção da AGENDA 21 LOCAL no cotidiano dos cidadãos, entidades e instituições do Município de São Paulo.

3. O URBANO NO SÉCULO XXI

A cidade de São Paulo no século XX foi, dentro do contexto mundial, uma das aglomerações que mais sofreu modificações, seja em seu limite urbano seja nas formas de ocupação do território. Diante desta realidade, a tarefa de definir ou mesmo delinear esta metrópole para o século XXI é hercúlea.

No entanto, como profissionais da área, designados a observar, estudar e trabalhar o urbano devemos e podemos ousar e propor diretrizes e metas para esta cidade e sua população, embasados fundamentalmente no objetivo de empreender e conseguir a melhoria de qualidade de vida de seus cidadãos.

No contexto da globalização e de outros paradigmas de modernidade, a cidade tem passado por alterações de sua vocação produtiva, diminuindo seu setor secundário e crescendo o setor terciário.

Por variados fatores locais e econômicos tais como preço do solo, deseconomias de aglomeração, sindicatos, entre outros, o setor industrial, carro-chefe do desenvolvimento da cidade no período de 1930 a 1970, tem se deslocado para fora do Município e inclusive para fora da Região Metropolitana de São Paulo.

A automatização das indústrias e sua desconcentração, aliada à terceirização de alguns serviços anteriormente internalizados na indústria trouxeram para a cidade uma queda significativa do número de empregos industriais e também uma diminuição da arrecadação dos impostos sobre produtos industrializados.

Em contrapartida, o setor terciário, com a revolução tecnológica da economia e da produção, tem tido um desenvolvimento

vertiginoso nos últimos 20 anos, catalisando para a cidade, a nível nacional, atividades na área do mercado financeiro, telecomunicações, informática, advocacia; a nível internacional, áreas de comércio, turismo e outras; a nível regional, uma série de serviços anteriormente desenvolvidos internamente às grandes empresas.

Nos dias de hoje, a condição de polo terciário da cidade de São Paulo está consubstanciada inclusive a nível mundial quando se verifica a grande inversão de capital realizada na área de hotelaria e locais para convenções e feiras, sendo que muitos dos grandes negócios fechados no Brasil têm a cidade de São Paulo como vértice de transações.

No entanto, grande contingente da população trabalhadora dispensada da indústria não está capacitada tecnicamente para ser absorvida pelo setor terciário emergente que é extremamente especializado.

Além do problema do desemprego crescente, que é bastante preocupante, a cidade de São Paulo entrará no próximo milênio com outros problemas de magnitude tão considerável quanto o primeiro, a saber: colapso dos sistemas de infra-estrutura existentes (água, energia elétrica, telefonia), insuficiência de transporte coletivo urbano, saturação de capacidade de fluidez do sistema viário, insuficiência da rede de drenagem coletiva e, principalmente, tratamento de esgoto doméstico, atendimento precário à demanda por escolas e por assistência à saúde, aumento da violência urbana, adensamento desordenado em áreas ambientalmente frágeis, poluição do ar, entre outros.

Diante deste panorama, que atinge a todos, o dinamismo da metrópole pode não se perpetuar para o próximo século pois a cidade não tem proporcionado as condições necessárias para tal.

Portanto urge que o Poder Público, em parceria com a iniciativa privada e com a participação efetiva da população, elabore e execute ações voltadas à melhoria da qualidade de vida urbana no que se refere a transporte, educação, cultura, moradia e demais serviços públicos e também no sentido de aumentar a eficiência econômica da cidade, de forma a ampliar os benefícios sociais e reduzir os custos operacionais e de investimentos dos setores público e privado.

